A Educação a Distância na Universidade Federal do ABC: análise documental da inserção em cursos presenciais

La Educación a Distancia en la Universidad Federal del ABC: análisis documental de la inserción en cursos presenciales

Distance Education at the Federal University of ABC: a document analysis of Its implementation in face-to-face courses

José Adriano Silva de Oliveira[1]
Universidade Federal do ABC

Bruno Rafael Santos de Cerqueira[2]
Universidade Federal do ABC

Resumo
Este artigo analisa a institucionalização da Educação a Distância (EaD) na Universidade Federal do ABC (UFABC), com foco na modalidade semipresencial em cursos presenciais. A partir de uma pesquisa qualitativa e documental, foram examinados atos normativos e administrativos publicados entre 2005 e 2022. Os resultados revelam avanços pontuais, como a criação de núcleos e a adoção de ambientes virtuais, mas também evidenciam a ausência de políticas contínuas e estruturadas para a EaD na universidade. A modalidade tem sido utilizada majoritariamente de forma paliativa, sem planejamento de longo prazo, metas claras ou investimentos sustentados. O estudo conclui que, embora reconhecida como estratégica, a EaD ainda não foi plenamente integrada ao projeto pedagógico institucional da UFABC, sendo necessária sua consolidação por meio de ações coordenadas, formação docente e valorização das equipes envolvidas.
Palavras-chave: educação a distância; ensino superior; semipresencial; tecnologias educacionais.

Resumen
Este artículo analiza la institucionalización de la Educación a Distancia (EaD) en la Universidad Federal del ABC (UFABC), centrándose en la modalidad semipresencial en cursos presenciales. A partir de una investigación cualitativa y documental, se examinaron los actos normativos y administrativos publicados entre 2005 y 2022. Los resultados revelan avances puntuales, como la creación de núcleos y la adopción de entornos virtuales, pero también evidencian la ausencia de políticas continuas y estructuradas para la EaD en la universidad. La modalidad se ha utilizado principalmente de forma paliativa, sin planificación a largo plazo, objetivos claros o inversiones sostenidas. El estudio concluye que, aunque se reconoce su importancia estratégica, la EaD aún no se ha integrado plenamente en el proyecto pedagógico institucional de la UFABC, por lo que es necesario consolidarla mediante acciones coordinadas, formación docente y valoración de los equipos involucrados.
Palabras clave*: educación a distancia; educación superior; semipresencial; tecnologías educativas.*

[1] Mestre em Ensino de Ensino e História das Ciências e da Matemática. Designer instrucional pela Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP). E-mail: jose.adriano@ufabc.edu.br - ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7917-9719.
[2] Doutor em Ensino de Ciências. Professor Adjunto do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC. E-mail: bruno.cerqueira@ufabc.edu.br - ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2625-9788.

Abstract
This article analyzes the institutionalization of Distance Education (DE) at the Federal University of ABC (UFABC), focusing on the semi-presential modality within on-campus undergraduate programs. Based on a qualitative and documentary research approach, the study examines official regulations and administrative documents published between 2005 and 2022. The findings reveal specific advancements, such as the creation of educational technology centers and the adoption of virtual learning environments, but also highlight the absence of consistent and structured DE policies. The modality has often been employed in a reactive and temporary manner, lacking long-term planning, clear goals, or sustained investment. The study concludes that, although acknowledged as a strategic alternative, DE has not yet been fully integrated into UFABC's institutional pedagogical framework. It emphasizes the need for coordinated actions, teacher training, and the recognition of multidisciplinary teams to consolidate DE as a permanent educational policy.
Keywords*: distance education; higher education; blended learning; educational technologies.*

1 INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como uma ferramenta de transformação humana, atuando em diversas dimensões, sejam elas sociais, emocionais, comportamentais ou cognitivas. Nesse contexto, as tecnologias digitais podem emergir como catalisadoras desses processos, promovendo um cenário disruptivo frente aos modelos educacionais tradicionais.

A integração entre educação e tecnologia possibilita a concepção de novas formas de ensino e aprendizagem, entre as quais se destaca a Educação a Distância (EaD), com suas múltiplas configurações e implicações pedagógicas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo da Educação Superior de 2023 registrou um crescimento de 5,6% nas matrículas em relação ao ano anterior, totalizando 9,9 milhões de estudantes, dos quais 49,2% estão vinculados ao ensino a distância (Brasil, 2024).

Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, que vão desde a flexibilidade proporcionada pela EaD até a adoção de estruturas pedagógicas mais adequadas a diferentes estilos de aprendizagem.

No entanto, é comum que a EaD seja erroneamente compreendida apenas como a utilização de ferramentas digitais ou como a simples transposição de práticas presenciais para o ambiente online. Moran (2002) explica que a Educação a Distância ocorre, em essência, com a separação física entre professores e estudantes, seja no espaço, no tempo ou em ambos, embora essa distância possa ser superada por meio do uso de tecnologias de comunicação.

De acordo com o Decreto nº 12.456, de maio de 2025, a Educação a Distância é compreendida como um processo educacional que pode ocorrer de forma síncrona ou assíncrona, mediado por tecnologias da informação e comunicação, no qual os participantes, estudantes e docentes ou demais responsáveis pela formação, não compartilham necessariamente o mesmo espaço ou tempo (Brasil, 2025).

Assim, a EaD pode ser caracterizada pela flexibilidade estrutural dos processos formativos, possibilitando o uso de recursos e estratégias diversas voltadas ao atendimento das demandas de aprendizagem dos estudantes. Segundo Torres, Vianney e Roesler (2010), o panorama da EaD no Brasil pode ser compreendido a partir de cinco modelos: (I) a Teleeducação, com transmissões ao vivo via satélite em canais abertos; (II) a Videoeducação, baseada na exibição de teleaulas pré-gravadas; (III) a modalidade semipresencial, exemplificada pela estrutura da Universidade Aberta do Brasil (UAB); (IV) as universidades virtuais, com atividades predominantemente remotas e etapas presenciais restritas a avaliações; e (V) modelos híbridos que combinam atividades presenciais e a distância, incluindo práticas laboratoriais e outras interações institucionais.

Do ponto de vista conceitual, segundo Moran (2002), a EaD pode ser entendida como uma modalidade educacional que adota metodologias ativas mediadas por tecnologias digitais, nas quais docentes e discentes interagem em tempos e espaços distintos. Essa realidade implica o reconhecimento de perfis diversos dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, diferenciando-se da dinâmica típica do ensino presencial.

Além disso, a EaD apresenta ramificações como o Ensino Semipresencial, o ensino remoto e o ensino híbrido, que têm sido incorporados pelas instituições de ensino como soluções flexíveis e adaptáveis às suas realidades.

Para a implementação dessas modalidades, é fundamental a existência de uma estrutura organizacional sólida, que contemple aspectos técnicos e administrativos, como a definição do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a escolha de ferramentas digitais e a gestão de equipes, bem como elementos pedagógicos, tais como o planejamento de aulas, a produção de materiais didáticos e a formação contínua dos docentes (Oliveira; Cerqueira, 2024).

Conforme Barros (2009), quando bem desenvolvida, a EaD contribui para a promoção de competências essenciais, como a autonomia dos estudantes, a gestão

do tempo e a colaboração em rede, ao mesmo tempo em que ressignifica a prática docente frente às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise documental sobre os componentes curriculares a distância, inseridos em cursos presenciais na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Como objetivos específicos, propõe-se: realizar um levantamento dos documentos publicados nos boletins da Universidade que tratam dos componentes semipresenciais nos cursos de graduação presencial e analisar tais documentos sob a perspectiva da gestão acadêmica, de modo a identificar possíveis lacunas que possam orientar futuras pesquisas e ações institucionais.

A expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil tem provocado uma reconfiguração das instituições de ensino, que passaram a incorporar diferentes formatos de oferta para os seus cursos. Segundo Vieira, Hermenegildo, Moraes e Rossato (2012), apesar do avanço quantitativo da modalidade, ainda são necessários estudos que analisem a implementação qualitativa desses formatos, especialmente em universidades públicas, a fim de compreender seus impactos pedagógicos, estruturais e de gestão.

No caso da UFABC, a adoção de componentes curriculares a distância em cursos presenciais levanta questões relevantes sobre a coerência entre os princípios institucionais e as práticas adotadas, exigindo uma análise cuidadosa dos documentos que regulamentam essa integração. Compreender como essas diretrizes vêm sendo formalizadas e operacionalizadas pode contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais da universidade, além de oferecer subsídios para outras instituições que enfrentam desafios semelhantes. Justifica-se, portanto, a presente pesquisa como um esforço necessário para identificar lacunas, fortalecer a gestão pedagógica e promover a qualidade da formação acadêmica em contextos mediados por tecnologias.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental, voltada à análise de atos normativos e administrativos relacionados à oferta de componentes curriculares a distância em cursos presenciais da Universidade

Federal do ABC (UFABC). A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, a partir de documentos institucionais, como a Educação a Distância (EaD), sobretudo na forma semipresencial, tem sido estruturada e formalizada ao longo do tempo na instituição foco do estudo. Trata-se de uma perspectiva que, conforme é destacada por Lüdke e André (2014), ao enfatizarem a importância de retratar e analisar em detalhes o contexto investigado.

Conforme o referencial teórico de Minayo (2002), o processo de investigação em pesquisas sociais pode ser organizado em três fases interdependentes: fase exploratória, trabalho de campo e tratamento do material. Essas etapas compõem um movimento em espiral, que parte de um problema ou pergunta de pesquisa e culmina em um produto analítico, ainda que provisório, capaz de suscitar novos questionamentos.

Na fase exploratória, foram definidos os objetivos da pesquisa e a metodologia apropriada. Optou-se pela análise documental, por meio do levantamento e exame de publicações oficiais, em especial os Boletins de Serviço da UFABC, destinado a dar publicidade aos atos e procedimentos formais da Instituição. Foram selecionadas as edições que faziam referência direta à EaD e ao Ensino Semipresencial, desde a criação da universidade em 2005 até o ano de 2020. Essa escolha permitiu recuperar o histórico das ações institucionais voltadas à implementação de tecnologias educacionais e suas regulamentações internas.

Utilizou-se como critério de busca os termos "Educação a Distância" e "Semipresencial", os quais resultaram inicialmente em um total de 49 documentos. Lüdke e André (2014) explicam que a pesquisa documental se caracteriza por um exame minucioso de materiais previamente produzidos, com o objetivo de obter interpretações ou informações. Nesse sentido, foram excluídos documentos que apenas mencionavam superficialmente os termos buscados, sem estabelecer vínculos diretos com a estruturação ou regulamentação da modalidade.

Na fase de tratamento do material, os documentos selecionados foram organizados em uma planilha analítica contendo dados como número do boletim, data de publicação e descrição do conteúdo. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os principais documentos identificados e classificados de acordo com a sua relevância para o objeto de estudo.

Quadro 1 - Documentos relativos à EaD ou Ensino Semipresencial na UFABC

Documento	Descrição
Boletim nº 600 (25 de outubro de 2016)	Criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)
Boletim nº 834 (12 de abril de 2019)	Extinção do NTE e a criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Línguas (NTE)
Boletim nº 867 (16 de agosto de 2019)	Seleção de monitores
Boletim nº 835 (16 de abril de 2019)	Escolha do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional
Boletim nº 581 (19 de agosto de 2016)	Edital de incentivo ao uso de tecnologias
Boletim nº 577 (5 de agosto de 2016)	Instituição dos membros gestor do NTE
Boletim nº 547 (15 de abril de 2016)	Edital de incentivo ao uso de tecnologias e Carta de Anuência do Diretor de Centro
Boletim nº 519 (18 de dezembro de 2015)	Resolução sobre o semipresencial em cursos presenciais
Boletim nº 395	Condicionantes de oferta de cursos à distância
Boletim nº 369 (16 de maio de 2014)	Minuta regulamentadora
Boletim nº 332 (10 de dezembro de 2013)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 331 (6 de dezembro de 2013)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 244 (28 de novembro de 2012)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Edição Extra	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 243 (14 de novembro de 2012)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 239 (17 de outubro de 2012)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 237 (03 de outubro de 2012)	Projeto Piloto (Ata de reunião)
Boletim nº 452 (7 de abril de 2015)	Relatório de Ações de gestão
Boletim nº 971 (7 de agosto de 2020)	Descrição do papel do tutor/monitor

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A seleção e análise desses documentos permitiram reconstruir a trajetória institucional da EaD na UFABC, desde suas experiências iniciais com projetos piloto até a consolidação de estruturas administrativas e normativas para sua implementação. A partir da organização sistemática desses dados, a próxima seção apresenta os principais resultados e discussões oriundos da análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental realizada evidencia os primeiros movimentos institucionais da UFABC em direção à implementação da Educação a Distância (EaD) e do Ensino Semipresencial. Os registros iniciais encontram-se entre os boletins nº 237 a nº 332, que apresentam o chamado “Projeto Piloto”, desenvolvido por um grupo de docentes com o intuito de explorar o uso de tecnologias digitais na mediação pedagógica. De acordo com o Edital n.º 160, de 06 de dezembro de 2012, o projeto tinha como objetivos:

> (i) incentivar o uso de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTCIs) na mediação da educação que envolve professor, estudante e conteúdos; (ii) experimentar o uso de NTCIs na Educação em um contexto controlado a fim de analisar e avaliar resultados e verificar a visibilidade de expandir a experiência para outros cenários (Boletim nº 239).

Esses objetivos denotam um esforço inicial em integrar tecnologias digitais à prática docente e em avaliar os impactos de tais intervenções. Nota-se, desde esse momento inaugural, a preocupação com a formação docente e a análise dos resultados, indicando um olhar institucional voltado à experimentação controlada, mas ainda incipiente, no que se refere à consolidação da EaD como política interna. Tal constatação dialoga com a análise de Pretto e Riccio (2010), que apontam que muitos docentes são inseridos em equipes de EaD sem domínio das exigências pedagógicas e tecnológicas específicas da modalidade, o que reforça, conforme apontado por Oliveira e Cerqueira (2024), a urgência de uma formação docente que vá além da lógica do treinamento pontual e seja compreendida como parte constitutiva da própria atividade educativa.

Posteriormente, o Boletim n.º 600 destaca-se pela criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE), configurando um marco institucional para o fomento à inovação educacional. Entre suas atribuições, o núcleo visava:

> I - promover propostas educacionais inovadoras e ações de facilitação e estímulo ao uso de tecnologias educacionais; apoiar e/ou desenvolver projetos educacionais mediados por tecnologias; III - fomentar a integração de novas tecnologias de informação e comunicação no âmbito dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, para a convergência das modalidades de ensino presenciais, semipresenciais e a distância; IV - fomentar e apoiar a prospecção e uso de tecnologias assistivas, voltadas a atender as

> demandas das pessoas com deficiência; V - garantir a qualidade dos processos educacionais mediados por tecnologia respeitando as normativas relacionadas aos direitos autorais; e VI - fomentar pesquisas de vanguarda, primando pela qualidade nessa área (Boletim nº 600).

O documento ainda previa a estruturação de equipe e descreve as competências do Núcleo que perpassa o planejamento e execução de propostas que estimulem o uso de tecnologias. Esse conjunto de atribuições mostra uma tentativa de institucionalização das práticas mediadas por tecnologia, em consonância com o que Vieira, Hermenegildo, Vieira, Hermenegildo, Moraes e Rossato (2012) destacam sobre o desafio das universidades públicas na incorporação da modalidade a distância em estruturas originalmente concebidas para o ensino presencial. Tais instituições, organizadas historicamente em função da presencialidade, com espaços físicos, currículos, laboratórios e estruturas administrativas voltadas a essa lógica, enfrentam um processo de reorganização para acomodar as especificidades da EaD. Isso implica repensar os modelos de gestão, os aparatos tecnológicos e a produção de materiais didáticos, além da criação de núcleos gestores voltados exclusivamente para essa modalidade.

Nesse sentido, a criação do NTE na UFABC pode ser interpretada como um movimento alinhado à necessidade de adaptação institucional às exigências da EaD. Conforme observa Guerra (2011), a introdução das tecnologias de informação e comunicação no contexto educacional gerou impactos significativos tanto na modalidade a distância quanto no ensino presencial, exigindo a implementação de formas de gestão diferenciadas e mais específicas para atender às particularidades do ensino mediado por tecnologias. Com o intuito de ampliar a atuação do Núcleo na UFABC, Resolução ConsUni n.º195/2019, extinguiu o NTE e criou o Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas, mantendo, porém, competências similares.

Outro ponto de inflexão na institucionalização da Educação a Distância (EaD) na UFABC ocorreu com a definição do Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oficial da universidade, decisão registrada na ata da IV reunião de 2018 do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC), publicada no Boletim n.º 835. A adoção do Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) como AVA institucional representa um avanço importante na consolidação da infraestrutura da EaD, na medida em que padroniza o ambiente de

mediação e oferece suporte técnico e pedagógico consistente para o desenvolvimento de práticas educativas não presenciais.

A relevância dos AVAs nesse contexto é amplamente reconhecida na literatura especializada. Ribeiro, Mendonça e Mendonça (2007) argumentam que esses ambientes contribuem significativamente para a aprendizagem, por meio da oferta de recursos variados para a realização das aulas e da facilitação das interações entre professores e estudantes. Da mesma forma, Lévy (2003) destaca que os AVAs favorecem uma comunicação mais dinâmica e flexível entre os participantes, promovendo a autonomia discente e incentivando a construção coletiva do conhecimento.

Complementando essa perspectiva, Valentini e Soares (2010) apontam os ambientes virtuais como respostas eficazes às demandas educacionais da era da informação, destacando sua importância na reconfiguração dos espaços de aprendizagem mediados pelas tecnologias digitais. Nesse sentido, a institucionalização do Moodle na UFABC não apenas atende a exigências técnicas e administrativas, mas também se alinha a uma compreensão contemporânea de ensino-aprendizagem, que valoriza a interação, a autonomia e a flexibilidade nos processos formativos.

No que tange à regulamentação de ofertas semipresenciais, a Resolução nº 010/2015 da Comissão de Graduação, de 17 de dezembro de 2015 (Boletim n.º 519) define os parâmetros normativos para essa modalidade. Destaca-se o seguinte trecho:

> Parágrafo único. A disciplina semipresencial caracteriza-se por sua organização em unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem, com o uso integrado de novas tecnologias de informação e comunicação não presenciais.
> Art 3º I - o aproveitamento de disciplinas semipresenciais para a integralização do curso, no histórico escolar de cada estudante, não poderá ultrapassar o limite da carga horária prevista na Portaria MEC nº 4059, de 10 de dezembro de 2004, ou outra que venha a substituí-la (Boletim n.º 519).

Apesar do Edital 003/2017, destinado a selecionar componentes curriculares a serem oferecidos na modalidade semipresencial, trazer o entendimento de semipresencialidade como aquela em que o estudante de um curso presencial realizará parte do curso sem a presença física do docente, mas monitorado por

ferramentas de comunicação presentes nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, este não formaliza detalhadamente as ações a serem desenvolvidas no âmbito da EaD e no presencial.

Embora essa resolução represente um avanço normativo, observa-se a ausência de definições pedagógicas mais detalhadas, o que pode gerar diferentes interpretações sobre o conceito de semipresencial. A recomendação da reunião do CONSEPE n.º 07, de 13 de agosto de 2014, reforça a necessidade de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para incorporação da carga horária semipresencial, conforme a Portaria MEC n.º 4.059/2004. Essa indefinição conceitual pode ser enfrentada com base em contribuições teóricas que ampliam a compreensão da modalidade. Para Garrison e Vaughan (2008), o Ensino Semipresencial se caracteriza pela integração planejada de abordagens e tecnologias complementares do ensino presencial e da Educação a Distância, com ênfase em metodologias ativas, planejamento docente cuidadoso, domínio das ferramentas digitais e estímulo à motivação discente. Complementando essa perspectiva, Ebert (2003) ressalta que o diferencial dessa modalidade está na utilização de meios instrucionais não convencionais, como imagem, som e hipertexto, que, articulados aos recursos tradicionais, favorecem uma maior contextualização do conteúdo e potencializam a mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem.

Outro documento relevante é a Resolução n.º 203/2020 – ConsUni, que regula as atividades de tutoria na modalidade EaD. O Art. 9º descreve as atribuições do tutor, destacando sua função de mediação entre docentes e discentes, apoio pedagógico, acompanhamento das atividades, elaboração de relatórios e participação em processos avaliativos. É importante trazer esse documento, pois esse profissional é entendido como peça fundamental no ensino a distância, uma figura de apoio ao docente que está lecionando uma disciplina nesta modalidade. Para as disciplinas com carga semipresencial são selecionados tutores que já cursaram a disciplina em vigor e que tiveram bom êxito.

A presença dessa figura demonstra a preocupação institucional com a consolidação da modalidade, uma vez que o tutor atua como elo fundamental no processo de ensino-aprendizagem a distância. Essa perspectiva é reforçada por Mil (2016), ao argumentar que a qualidade da EaD depende, entre outros fatores, da capacidade da própria instituição em conceber, gerir e implementar suas propostas

formativas. O autor defende que a institucionalização da EaD deveria fazer parte das atividades regulares das universidades, com estrutura própria, financiamento adequado e reconhecimento formal, e não permanecer subordinada a programas de governo ou a diretrizes externas de caráter transitório. Nesse sentido, a presença de tutores reforça que a estruturação sistêmica da EaD como prática contínua, e não apenas pontual.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2013–2022) também aborda a EaD como desafio institucional, listando ações pretendidas, como: criação de cursos na modalidade, formação docente até 2022, criação de núcleo específico, combate à evasão por meio da EaD e incentivo à pesquisa na área. No entanto, o PDI apresenta linguagem genérica e sem indicadores claros de acompanhamento, dificultando a avaliação de seu impacto. O documento apresenta um texto introdutório trazendo observâncias sobre a EaD na UFABC naquele período (meados de 2012-2013) e apresenta os seguintes desafios para a instituição relativo a essa temática:

> Proporcionar maior representatividade e participação efetiva dos estudantes de EaD em comissões e colegiados da universidade. Permitir uma real inserção na vida acadêmica da universidade dos tutores e funcionários dos Núcleos de EaD. Elaborar planos estratégicos para expansão de cursos e polos da instituição. Contabilização das cargas didáticas de EaD para progressão de docentes. Definição de parâmetros institucionais para o crescimento da EAD. Garantia do acesso aos recursos tecnológicos 24 horas x 7 dias por semana na sede e nos polos. Maior disponibilidade de bibliotecas físicas nos polos e aumento considerável das opções de bibliotecas virtuais acessíveis para os estudantes de EaD, priorizando a utilização de bibliotecas virtuais livres (Universidade Federal do ABC, 2013).

Entre as ações pretendidas estavam a criação de cursos de graduação na modalidade EaD, a formação - até 2022 - dos docentes da UFABC para que pudessem atuar nesta modalidade, a criação de um núcleo específico para essas questões (discutidas no Boletim de n.º 600 e n.º 834). Além disso, a EaD como forma de combate à evasão e criação de projetos para pesquisa nesta área.

A análise dos documentos mostra que houve avanços institucionais pontuais, como a criação do Netel, a normatização de disciplinas semipresenciais e a adoção do Moodle como AVA oficial. Entretanto, observa-se uma lacuna importante: a ausência de ações contínuas após 2022. Apesar da Portaria MEC n.º 2.117/2019 permitir o uso de EaD em até 40% da carga horária de cursos presenciais (Brasil,

2019), não há novos projetos institucionais que deem continuidade ou ampliem essa modalidade. Essa descontinuidade pode ser atribuída, em parte, aos impactos da pandemia de COVID-19, que forçou a universidade a adotar medidas emergenciais, desarticulando planejamentos estruturantes (Cerqueira, 2020).

Dessa forma, conclui-se que a trajetória da EaD na UFABC foi marcada por iniciativas embrionárias, sem, contudo, consolidar-se como política de longo prazo. Os documentos analisados apontam para um uso estratégico e paliativo da modalidade, voltado a suprir demandas emergenciais, mais do que como expressão de um projeto institucional consolidado. Esse cenário reforça a necessidade de retomada do debate sobre a institucionalização da EaD na universidade, com planejamento contínuo, financiamento adequado e valorização das equipes multidisciplinares envolvidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido com o intuito de investigar como a Educação a Distância (EaD), especialmente em sua modalidade semipresencial, vem sendo estruturada e institucionalizada na Universidade Federal do ABC, a partir da análise de documentos oficiais publicados entre 2005 e 2022. Os dados sugerem que a EaD na UFABC teve origem em iniciativas pontuais e experimentais, como o “Projeto Piloto”, mas não se consolidou como uma política institucional de longo prazo.

Uma das descobertas mais relevantes que emergiram do estudo foi a constatação de que, apesar da criação de núcleos e da normatização de práticas relacionadas ao uso de tecnologias educacionais, não houve continuidade ou aprofundamento dessas ações nos anos subsequentes, especialmente no âmbito da graduação. Esses resultados indicaram que a EaD, embora reconhecida nos documentos como uma alternativa viável e necessária, foi frequentemente utilizada de forma paliativa, como resposta a demandas imediatas, em vez de ser integrada de maneira estratégica ao projeto pedagógico institucional.

De forma conjunta, as evidências apontam para a ausência de metas claras no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de um plano estruturado para o fortalecimento da modalidade. Esse fato tem implicações significativas para a gestão da EaD na UFABC, sobretudo no que diz respeito à formação docente, ao investimento em infraestrutura e à valorização de equipes multidisciplinares. Essas

descobertas avançam nas discussões sobre a institucionalização da EaD nas universidades públicas e trazem contribuições para a literatura e para a prática, conforme demonstrado ao longo do artigo.

Novos estudos com foco em gestão institucional e formação docente são necessários com o objetivo de compreender melhor os fatores que dificultam a consolidação da EaD como política educacional permanente, especialmente no contexto de instituições públicas comprometidas com a democratização do acesso ao ensino superior e com a inovação pedagógica mediada por tecnologias.

REFERÊNCIAS

BARROS, Silvio. O uso da tecnologia no cotidiano escolar. *In*: TEIXEIRA, Geovana Ferreira Melo; MIRANDA, Ana Amélia Botelho (org.). Seminário nacional uno e o diverso na educação escolar, 10., Uberlândia: **Anais**... Edufu, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Stephen. **Qualitative research for education**. Boston: Allyn and Bacon, Inc., 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 239, p. 131, 11 dez. 2019. Disponível em: https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12456.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

CERQUEIRA, Bruno Rafael Santos de. Educação no Ensino Superior em tempos de pandemia. **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-5, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.23.2020.16175.209209226867.0616. Acesso em: 20 fev. 2025.

EBERT, Cristiane do Rocio Cardoso. O ensino semi-presencial como resposta às

crescentes necessidades de educação permanente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 21, p. 83-98, 2003. Editora UFPR. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/dwLYNWPRn7xqvBVS7yNVpPJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 fev. 2025.

GARRISON, Donn Randy; VAGHAN, Norman Dane. **Blended Learning in higher education**: framework, principles, and guidelines. United States of America: Jossey-Bass, 2008.

GUERRA, Beatriz E. Tancredi Apuntes para resignificar la educación a distancia. **RIED**, v. 14, n. 1, p. 55-72, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.5944/ried.1.14.800. Acesso em: 20 fev. 2025.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Rio de Janeiro: 34, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MILL, Daniel. Educação a distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista Educação Pública**, v. 25, n. 59, supl. 2, p. 432–454, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5965/010459622559n22016432. Acesso em: 9 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

MORAN, José Manuel. Aperfeiçoando os modelos de EAD existentes na formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, p. 286-290, 2009. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5775/4196. Acesso em: 17 jan. 2025.

OLIVEIRA, José Adriano Silva de; CERQUEIRA, Bruno Rafael Santos de. Estado do conhecimento: o semipresencial no ensino superior. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2286, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2286. Acesso em: 9 jun. 2025.

PRETTO, Nelson de Luca; RICCIO, Nicia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar**, Curitiba, n. 37, p. 153-169, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000200010. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, Elvia Nunes; MENDONÇA, Gilda Aquino de Araújo; MENDONÇA, Alzino Furtado de. A importância dos ambientes virtuais de aprendizagem na busca de novos domínios da EAD. In: Congresso internacional da associação brasileira de educação a distância, 13., 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ABED, 2007. Disponível em: https://www.abed.org.br/hotsite/13-ciaed/tc/4162007104526AM.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

TORRES, Patrícia. Lupion; VIANNEY, João; ROESLER, Jucimara. Educación superior a distancia en Brasil. In: TORRES, Patrícia Lupion; RAMA, Claudio. (coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe - Realidades y tendencias**. Santa Catarina, UNISUL. 2010. p. 37-60.

UFABC. Universidade Federal do ABC. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2013-2022)**. 2013. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi. Acesso em: 21 fev. 2025.

VALENTINI, Cláudia Beatriz; SOARES, Eliane Maria Sacramento. **Aprendizagem em ambientes virtuais**: compartilhando ideias e construindo cenários. 2. ed. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2010.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão; HERMENEGILDO, Jorge; MORAES, Marialice; ROSSATO, Jaqueline. Institucionalização da EaD nas universidades públicas: unicidade e gestão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 11, 2012. Disponível em: https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/240/118. Acesso em: 25 fev. 2025.

Recebido em: 24/11/2025
Aceito em: 19/05/2026
Publicado em: 29/10/2026

Este conteúdo está licenciado sob uma Licença Creative Commons BY-NC-AS 4.0